

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1020 - 27/3/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

TERCEIRIZAÇÃO TOTAL

NOVO ATAQUE AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

O governo golpista de Michel Temer continua seu projeto de retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros. Desta vez a base aliada que sustentou o golpe de 2016 ressuscitou o projeto de terceirização de Fernando Henrique Cardoso, de 1998, estendendo a terceirização para as chamadas atividades-fim, aquelas que são a finalidade principal da empresa e não somente para as atividades-meio de uma empresa (limpeza, segurança, manutenção patrimonial, entre outras).

Dessa maneira uma universidade poderá contratar professores de empresas terceirizadas, que não tenham vínculo empregatício com a instituição de ensino. Da mesma forma os funcionários de uma instituição de ensino como a PUC-SP poderão ser totalmente terceirizados e perderem os direitos que foram conquistados. Esse ataque soma-se aos tantos outros já perpetrados à educação, como a reforma do ensino médio, e as reformas trabalhistas e da previdência que deverão en-

trar em votação no Congresso nos próximos dias e a PEC dos gastos públicos que engessou os investimentos na educação e saúde.

A APROPUC e a AFAPUC sempre se posicionaram contra a terceirização, seja nas atividades-fim ou nas atividades-meio, pois são sobejamente conhecidos os efeitos nefastos que essa prática de exploração capitalista transfere aos trabalhadores.

Em 2016 as duas associações promoveram amplos debates com a presença de professores como Jorge Souto Maior e Ruy Braga que trouxeram para dentro do campus a discussão do assunto.

Os trabalhadores reagem a essas ataques, promovendo atos e greves em todo país, além de se posicionarem contra as outras reformas propostas por Temer. No dia 15/3 a APROPUC e a AFAPUC apoiaram as manifestações das centrais sindicais e realizaram debates na Prainha com professores e estudantes para aprofundar a questão.

Nesta terça-feira, 28/3, os

professores estaduais marcaram uma greve e já apontam para a unificação com os professores municipais que já se encontram paralisados. No próximo dia 31 de março (sexta-feira) as Frentes Brasil Popular e Povo Sem medo realizarão um novo Dia Nacional de Lutas, Contra o Projeto de Terceirização e a "Reforma" da Previdência e contra a aprovação na Câmara da PL da Terceirização. A APROPUC e a AFAPUC deverão participar do ato e comunicarão a professores e funcionários no início da semana como deverá ser a organização dos trabalhadores da PUC-SP.

Na segunda-feira, 27/3, acontece na PUC-SP um ato em defesa da aposentadoria. O ato que será realizado a partir das 19h, no Tucarena, já tem confirmada a presença de professores da PUC-SP, Unicamp, Unifesp, além do ator Sergio Mamberti e da reitora Maria Amália Andery.

Veja nas páginas internas a cobertura das manifestações de professores e a repercussão das medidas aprovadas pela Câmara.

**ACORDO
INTERNO**

Começam as negociações com a Fundasp

Na segunda-feira, 20/3, a Fundação São Paulo realizou a primeira rodada de negociação com a APROPUC e a AFAPUC para o estabelecimento de um novo Acordo Interno de Trabalho. Após a polêmica inicial com a Fundasp, que queria que o acordo deixasse de valer até a assinatura do novo texto, as três partes concordaram com o adiamento do acordo de 2016 até 30/4.

As primeiras negociações giraram em torno das cláusulas iniciais, atualizando-se valores como os referentes aos adiantamentos salariais em cerca de 10%. Agora os professores poderão tirar adiantamentos no valor de até R\$2.465,00 e os funcionários R\$1.430,00

Uma cláusula que causou polêmica foi a referente ao pagamento dos salários no 5º dia útil do mês. Pelo texto atual quando o dia de pagamento coincide

continua na próxima página

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!**

**Associe-se
à AFAPUC**

continuação da página anterior

com um sábado a Fundasp se compromete a pagar na sexta-feira. Porém o secretário-executivo, padre Rodolpho Perazzolo pretende suprimir o adendo, deixando que ele seja feito no próprio sábado, sem antecipação. As associações entendem que isso poderá prejudicar o pagamento de determinados tributos que não têm o seu recebimento adiado pelo governo e não tem amparo na compensação bancárias.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

Os funcionários lotaram novamente o auditório na quinta-feira, 23/3, para discutir a reunião ocorrida no começo da semana entre a AFAPUC e a APROPUC com a Fundasp sobre o Acordo Interno.

A intenção da Fundasp é manter o que já existe e não acabar com o Acordo Interno, revisitando-o anualmente. Uma cláusula que gerou comentários entre os presentes foi referente ao pagamento dos salários no 5º dia útil do mês. Além da não antecipação do pagamento para a sexta-feira quando o quinto dia útil coincidir com um sábado, também foi discutido a cláusula que concede bolsas para dependentes, aos quais a Fundasp ofereceu 292 bolsas, equivalente a uma despesa mensal de R\$ 352 mil. Os funcionários questionaram a proposta por atingir apenas cerca de 20% dos trabalhadores.



Mais uma vez funcionários se reúnem em assembleia

A PL4302 que permite terceirização de todas as atividades de trabalho também foi levada à reunião dos funcionários. A diretoria da AFAPUC informou que o Acordo Interno ainda não foi totalmente negociado e que durante as próximas semanas continuará se reunindo com a Fundasp e informando as decisões tomadas.

O Sinpro-SP realizou uma assembleia neste final de semana onde seria discutido o índice de reajuste a ser proposto para as mantenedoras. Quanto à negociação de uma nova Convenção Coletiva umas principais reivindicações é que o novo texto tenha a validade de dois anos e não somente um.

A Fundasp já garantiu que enquanto não forem acordados novos índices os funcionários e professores receberão uma antecipação de 4%. Já os professores que entraram na PUC-SP antes de 2005 terão direito a mais 1% por conta do acordo referente à dívida de 7,66%.

Programa de Estudos da Pós Graduação em Economia Política
PUC SP

NÚCLEO DE ANÁLISE DE
CONJUNTURA INTERNACIONAL
NACI

**SUSTENTABILIDADE
GLOBAL E REALIDADE
BRASILEIRA**

O núcleo de pesquisa NACI convida a todos os interessados a participarem e submeterem seus trabalhos.

LOCAL: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC SP
RUA MONTE ALEGRE, 984 - PERDIZES, SÃO PAULO - SP
DATA: 29 DE MARÇO DE 2017 AUDITÓRIO 100-A - PRÉDIO BANDEIRA DE MELO
CONTATO: 3670-8516
ENVIO DE COMUNICAÇÕES: VAGNEROCNER@TERRA.COM.BR

GAUCHE NA VIDA

A contrarreforma da previdência e a falácia do "déficit" no capitalismo contemporâneo

Áquilas Mendes

Ao refletirmos sobre o movimento do capitalismo contemporâneo e particularmente sua crise, podemos dizer que se trata de um novo tempo do mundo, isto é, "sem mundo". Zizek (2008) argumenta que devemos localizar o 'perigo' do capitalismo: "apesar de global, de englobar todos os mundos, ele sustenta uma constelação ideológica 'sem mundo' stricto sensu, privando a grande maioria do povo de todo e qualquer 'mapeamento cognitivo que tem sentido' (p.90). Dessa forma, pode-se compreender o sentido da perversidade do capitalismo contemporâneo, sob o poder dominante do capital portador de juros (capital financeiro) e sua crise, especialmente por meio dos desmontes sobre os direitos sociais, em destaque para a contrarreforma da Previdência - a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287 - apresentada pelo governo Temer. Sob o argumento de um falacioso déficit nas contas públicas que inviabilizaria o sistema em poucos anos, a contrarreforma, se aprovada, prejudicará de forma significativa o acesso à aposentadoria. Dentre algumas perversas medidas, destacam-se: a instituição de uma idade mínima para aposentadoria relacionada

ao tempo de contribuição ampliado. Sem diferenciações para todos os segmentos previstas pela Constituição de 1988, homens e mulheres, rurais e urbanos, trabalhadores privados e servidores públicos terão que comprovar idade mínima de 65 anos e 49 anos de contribuição para terem acesso à aposentadoria com valor integral. Além disso, registre-se: desvinculação do piso previdenciário e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao salário mínimo e diminuição do teto do valor do benefício de aposentadoria para alguns extratos de renda dos trabalhadores. Não se quer dizer que as demais medidas propostas não são tão danosas aos trabalhadores, mas essas já deixam suficientemente claro o sentido geral da destruição social que se pretende. Bem, em nome de quais motivações o governo Temer apresenta essas medidas para a previdência?

Ao lado da EC 95 que limita a expansão dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, baseada no valor das despesas de 2017, corrigidas pela variação do IPCA/IBGE, a contrarreforma da previdência se soma a expressão mais recente do caráter desse capitalismo contemporâneo como "sem-mundo". Tudo isso como justificativa à "catástrofe" financeira que vive o Estado brasi-

leiro com a crise econômica. Podemos concordar com esse diagnóstico? Pretende-se, aqui, argumentar de forma contrária.

Não é de hoje que a previdência vem enfrentando contrarreformas. Desde o período pós-Constituição de 1988, passando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelo início do governo Lula e pelo final do primeiro mandato de Dilma, que à previdência foi lhe atribuído um lugar especial na determinação do intitulado desequilíbrio das contas públicas e que foram realizadas reformas expressivas no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e/ou no regime dos funcionários públicos. Porém, nada se equipara à proposta da PEC 287, especialmente à seu equivocação diagnóstico sobre o problema financeiro.

A FALÁCIA DO "DÉFIT" DA PREVIDÊNCIA

Com a finalidade de assegurar o financiamento dos novos direitos sociais introduzidos pela Constituição de 1988, os constituintes definiram que o seu financiamento seria realizado por um orçamento específico, envolvendo a previdência, saúde e assistência social, denominado Orçamento da Seguridade Social (OSS). Seus recursos provêm dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municí-

pios, e das contribuições sociais dos empregadores (incidentes sobre a folha de salários, o faturamento - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - e o lucro - Contribuição sobre o Lucro Líquido - CSLL), dos trabalhadores e 50% da receita de concursos e prognósticos (loteria). Ficou definido, ainda, na Constituição, que esses recursos da Seguridade Social não integrariam o orçamento da União e sim do OSS. Os constituintes também tiveram o cuidado de definir que as contribuições sociais e os recursos dos entes governamentais seriam de uso exclusivo da Seguridade Social. Porém, o que se presenciou foi que nenhum governo que se seguiu à promulgação da Constituição de 1988 cumpriu esse dispositivo.

O tão denominado "déficit" da previdência é proveniente de decisões da área econômica dos governos dos presidentes Itamar, FHC, Lula e Dilma de não contabilizarem a contribuição do governo como receita da Previdência. Desde 1989, a área econômica se apropria desses novos recursos criados pela Constituição de 1988 e não considera a Previdência parte da Seguridade, desobedecendo a determinação dos artigos 194 e 195 da Constituição.

continua na próxima página

continuação da página anterior

Um importante conflito no financiamento da Seguridade Social ocorreu em 1994 (no Governo Itamar Franco, sob orientação do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso), com a criação do Fundo Social de Emergência, que posteriormente denominou-se de Fundo de Estabilização Fiscal e, a partir de 2000, intitulou-se Desvinculação das Receitas da União - DRU (denominação até o momento mantida). Ficou definido, entre outros aspectos, que 20% da arrecadação das contribuições sociais seriam desvinculadas de sua finalidade e estariam disponíveis para uso do governo federal, longe de seu objeto de vinculação, a Seguridade Social.

A DRU transforma os recursos direcionados ao financiamento da seguridade social em recursos fiscais para contribuir para o superávit primário, defendido

pela política fiscal restritiva do governo federal, e a sua utilização para o pagamento de juros da dívida pública. Esse mecanismo foi sendo renovado a cada quatro anos e se manteve até 2015, quando o então governo Dilma envia um projeto de lei tratando de renová-lo até 2023 com uma alíquota de 30%. Na realidade, esse projeto é aprovado já no governo Temer, por meio da EC 93/2016.

A apropriação do fundo público (OSS) por meio da DRU vem retirando soma elevada de recursos, como em 2013, R\$ 63,4 bilhões, em 2014, R\$ 63,1, e em 2015, R\$ 63,8 (ANFIP, 2016). O quadro da perda de recursos para a Seguridade Social com a DRU fica mais desolador quando se analisa o período entre 1995 a 2015, correspondendo a cerca de R\$ 768,0 bilhões.

Parece que o governo federal vem funcionando bastante sintonizado à lógica da dinâmica do capitalismo contemporâneo e

sua crise, em que a prioridade do gasto público vincula-se muito mais aos interesses de apropriação do capital financeiro no orçamento público, do que à alocação de recursos para a seguridade social, em geral e para a previdência, em particular. Essa ideia é sustentada pelos argumentos do governo federal quando questionado sobre o porquê de instituir reformas na previdência social. Sua contestação sempre se refere à insuficiência de fonte específica para tanto. É conhecido de todos que o Orçamento da Seguridade Social (OSS) vem demonstrando superávits há vários anos, indicando que recursos existem. Mais recentemente, registre-se: em 2013, R\$ 76,2 bilhões, em 2014, R\$ 53,9 bilhões e em 2015 R\$ 11,2 bilhões (ANFIP, 2016). A diminuição do resultado nesses dois últimos anos deve-se à queda da arrecadação em plena crise econômica. Se não existisse a DRU, recursos

para as áreas que integram a seguridade social não faltariam e a previdência não precisaria ser colocada no patamar de vilã do sistema e não teria o menor sentido atribuir-lhe a pecha de "deficitária". Trata-se, assim, de uma contrarreforma em nome dos interesses dos arautos do capital financeiro, apropriando-se do volume de recursos da previdência social para manter sua valorização e lançando a população brasileira aos ditames do mercado da previdência privada.

Aquilas Mendes é Prof. Dr. do Pós-Graduação em Economia Política e do Departamento de Economia da PUC-SP.

Referências

ANFIP. Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. *Análise da Seguridade Social 2015*. Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social - Brasília: ANFIP, 2016. 150 p.

Zizek, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores municipais e estaduais entram em greve em São Paulo

Os professores da Prefeitura e do Estado estão em intensa mobilização contra a Reforma da previdência. Os professores municipais, que já haviam paralisado dia 8/3, paralisaram suas atividades em 15/3, decidindo uma greve geral da categoria entre 21/3 e 27/3.

Os municipais protestam contra as medidas que redundaram da reforma da Previdência, mas fundamentalmente pela perda de sua aposentadoria especial que jogará os professores

nas condições absurdas em que se pretende colocar a população brasileira.

Além disso o prefeito João Dória continua tramitando pela Câmara dos Vereadores o Regime de Previdência Complementar, o Sampaprev, que está dentro do pacote de redução de gastos para o combate ao déficit público, jogando todo o ônus nas costas dos trabalhadores públicos e privados. Os municipais lutam também por melhores condições de salário e trabalho, já que o seu dis-

sídio coletivo acontecerá no mês de maio.

Os professores municipais também questionam a fala do presidente golpista Michel Temer sobre a retirada dos servidores municipais e estaduais da reforma da Previdência, uma vez que eles entendem que o presidente não pode, por sua livre e espontânea vontade, mudar um texto que precisa necessariamente passar pelo Congresso. A atitude segundo já avaliaram diversas centrais sindicais, não passa de uma

manobra para desmobilizar o movimento dos trabalhadores.

ASSEMBLEIAS

O Sinpeem, sindicato dos professores municipais, marcou uma assembleia para o dia 27/3, segunda-feira, quando deverá discutir a continuidade do movimento. Espera-se que no dia 28/3 também os professores estaduais, que têm assembleia agendada, entrem em greve e assim o movimento seja engrossado.

Base do governo golpista aprova terceirização total do trabalho

Na noite de quarta-feira, 22/3, presenciamos a mais um lamentável episódio do ataque aos direitos do trabalhador brasileiro: a terceirização, que era restrita a atividades como segurança, limpeza e outras que não tinham vínculo efetivo com a atividade-fim de uma instituição, passa agora a ser possível para todas as atividades da empresa.

A Câmara, mais uma vez, entrega de bandeja as conquistas trabalhistas aos grandes empresários, que financiaram as campanhas da maioria dos deputados eleitos. Mais uma vez os interesses do capital pautaram as decisões do Legislativo.

O grande argumento para a aprovação da terceirização era que com a abertura dessas empresas à possibilidade de contratação de terceirizados, estaria resolvido o problema do desemprego no país. Porém os deputados contrários à arapuca do governo Temer argumentavam que o que deve acontecer nos próximos meses antes da contratação efetiva de terceirizados é a dispensa de uma parcela considerável de trabalhadores com vínculo empregatício formal.

A terceirização não garan-

te ao trabalhador os mesmos direitos daqueles contratados pela própria empresa, além de estabelecer um vínculo sindical frágil com a categoria. A PUC-SP tem trabalhadores terceirizados principalmente na segurança e limpeza. Hoje, enquanto discutimos o acordo interno de trabalho, esses funcionários estarão longe dos direitos que tentamos preservar. O trabalhador da limpeza ou da segurança não tem direito a refeição, assistência médica, bolsas de estudo, entre outros benefícios. A APROPUC e a AFA-PUC sempre foram contra a substituição dos trabalhadores registrados pdaPUC-SP por terceirizados.

Hoje o trabalhador terceirizado é aquele que mais sofre com os acidentes de trabalho segundo estimativa do Dieese cerca de 80% dos acidentes de trabalho ocorrem com funcionários terceirizados. Atualmente, pelas estimativas do Dieese, existem entre 12,5 milhões e 14 milhões de trabalhadores terceirizados no país. Com a aprovação da liberação da terceirização para todas as atividades estima-se que esse número cresça exponencialmente.

Além de liberar as empre-

sas para contratar qualquer tipo de terceirizado, a PL 4330 abre a possibilidade de maior utilização da contratação via pessoa jurídica, a chamada pejotização. Hoje essa prática já se estabeleceu em muitos campos de atividade e consiste na contratação de funcionários via contrato de trabalho sem registro em carteira, isentando a empresa de pagamento de FGTS, 13º salário, férias, entre outros benefícios.

Ao analisar o projeto ora aprovado o professor da Unicamp Ricardo Antunes afirma que "para a classe trabalhadora [a provação da PL] tem o significado, guardadas às diferenças do tempo, ao retorno da "escravidão". A terceirização completa, total, que é o sentido essencial deste projeto é uma tragédia para a classe trabalhadora brasileira, ao invés de regulamentar 12 milhões de trabalhadores como os defensores do projeto estão falando, eles vão criar as condições para precarizar e desregular as condições de trabalho de mais de 40 milhões de trabalhadores, ao contrário do que os defensores deste projeto de lei afirmam, é a lei da selva no mercado de trabalho".

A AFAPUC está divulgando em seu site a posição de cada deputado em relação à votação.

GREVE GERAL

A reforma da Previdência, bem como a Trabalhista, também caminham no mesmo sentido da PL da Terceirização: a destruição total dos direitos dos trabalhadores. Após as grandes manifestações do 15M o governo golpista tentou uma manobra para contornar a grande insatisfação popular: retirou da reforma os servidores municipais e estaduais. Porém a manobra tem somente como finalidade esvaziar o movimento de reivindicação dos trabalhadores, dividindo as diferentes categorias profissionais que lutam contra os abusos do governo golpista.

Somente uma greve geral poderá demarcar uma posição de protesto clara e objetiva contra este estado de coisas. A vacilação de centrais sindicais como CUT e CTB que pouco se posicionaram contra a aprovação da terceirização total, colaboraram para que novos ataques sejam perpetrados contra a classe trabalhadora.

Vereadora do Psol é agredida na Câmara

A vereadora Isa Penna, do Psol, que substitui o vereador Toninho Vespoli, foi agredida pelo vereador Camilo Cristóforo (PSB) no elevador do prédio da Câmara dos Vereadores. Na quinta-feira (16/3), o vereador, após uma rápida conversa, ameaçou Isa: "com essa boca que você tem, não se assuste se tomar uns tapas lá fora!". Não bastando isso, Camilo empur-

rou Isa e chamou-a de "vagabunda". A agressão foi gravada pelas câmeras de segurança do 1º subsolo da Câmara Municipal. No momento da agressão, Isa, que é ex-aluna do curso de Direito da PUC-SP, estava a caminho de audiência para debater exatamente o combate à violência contra as mulheres, que sofrem diariamente com os mais diversos tipos de agressão.

Blogueiro preso por criticar PF

O blogueiro Eduardo Guimarães, do Blog da Cidadania, foi preso na semana passada em virtude de suas críticas ao juiz Sergio Moro e à Operação Lava Jato. O blogueiro foi vítima da chamada condução coercitiva, eufemismo que a Polícia Federal utiliza para designar os seus processos de prisão que mais se assemelham a sequestros.

Além da volta do debate so-


bre o uso da condução coercitiva pela Lava Jato, o episódio trouxe à tona outra polêmica: a defesa diz que foi violado o direito ao sigilo de fonte garantido aos jornalistas pela Constituição.

O Sindicato dos Jornalistas do Estado São Paulo emitiu nota repudiando a prisão considerada um atentado à liberdade de imprensa.

ROLA NA RAMPA

LANÇAMENTO DO LIVRO

29/03/2017
19 horas



LUIZ BERNARDO PERICÁS
CAIO PRADO JÚNIOR
UMA BIOGRAFIA POLÍTICA

Palestrante: Luiz Bernardo Pericás
Prêmio Juca Pato- UBE-2016 pelo livro
"Caio Prado Júnior: Uma biografia política" - Editora Boitempo

Debatedor: Antonio Carlos Mazzeo
Pós Serviço Social

Coordenação: Beatriz Abramides
NEAM-Pós Serviço Social

Auditório 117A
D. Paulo Evaristo Arns

PUC-SP
Rua Ministro Godóy, 969

Organização e apoio

APROPUC
Associação dos Professores de PUC-SP

NEAM: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento marxista- Pós em Serviço Social
NEHTIPO: Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder- Pós em História
NEILS: Núcleo de Estudos sobre Ideologia e Lutas Sociais- Pós em Ciência Política
GECOPOL: Grupo de Pesquisa em Economia Política- Departamento de Economia- FEA
HIMEPE: Núcleo de História Memória e Pensamento Econômico- FEA
NEPI- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade- Programa de Pós Graduação em Serviço Social
NETRAB- Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão- Programa de Pós Graduação em Serviço Social

Edson Passetti recebe medalha Chico Mendes

O professor Edson Passetti será condecorado no próximo dia 3/4 com a medalha Chico Mendes de Resistência. A honraria é conferida àqueles que se distinguiram na luta pelos Direitos Humanos. A entrega deverá ocorrer no auditório da OAB, no Rio de Janeiro. O processo administrativo movido contra o professor deverá ter sequência no dia 31/3, com a audiência do professor às 10hs, em local ainda não determinado. A APROPUC reafirma sua posição contrária ao encaminhamento que vem sendo dado à questão quando, a priori se criminaliza uma das partes envolvidas na questão.

Ex-alunos lançam websérie "O Filho dos Outros" na internet

A websérie em quatro episódios, "O Filho dos Outros", sobre a redução da maioria penal, produzida pelo Coletivo Rebento, integrado por ex-alunos da PUC-SP, entre eles Bruno Garibaldi, Caio Zinet e Marina D'Aquino, a Zazá, está sendo lançada na internet até o final de março. O primeiro episódio, chamado "Pea", foi ao ar no dia 22/3 com uma denúncia ao Sistema Socioeducativo do Ceará, estado com alto número de internação de jovens em conflito com a lei. O sistema está em colapso há alguns anos,

com superlotação, rebeliões e maus tratos aos internos, chamando a atenção de autoridades internacionais, como a ONU que já deu seu parecer sobre a situação em outra ocasião. No dia anterior, 21/3, porém, Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, o coletivo realizou a pré-estreia da websérie com exibição de todos os episódios no centro de São Paulo, ao ar livre, nas imediações da conhecida "cracolândia". Após a projeção, que emocionou a todos os presentes, houve uma roda de conversa com

os produtores, além de pesquisadores e ativistas presentes, e parte dos personagens documentados que aproveitaram a ocasião para reforçar seus depoimentos. A websérie pode ser acompanhada pela página www.facebook.com/ofilhosdosoutros, com novos episódios sempre às 10h. Serão exibidos ainda os episódios "Salmo 121", "Ovelha Negra" e "Roda Gigante", cada um com uma perspectiva diferente sobre as várias camadas que rodeiam o debate da redução da maioria penal.

Dia de paralisação será abonado

A Divisão de Recursos Humanos (DRH) informou à AFAPUC que os funcionários que faltaram no dia 15/3, saíram antecipadamente ou se atrasaram na entrada do expediente

terão tais eventos abonados. No dia 15/3 a PUC-SP também fechou as suas portas por volta de 17h. Já algumas direções acadêmicas comunicaram aos seus professores que não

será computada a eventual falta ao expediente, porém o docente terá que repor a aula, tendo em vista o número de dias letivos previsto ao seu curso pelo MEC.

Aposentadoria docente recebe emendas na PEC 287

Das 164 emendas apresentadas à PEC 287 cerca de 23 referem-se aos professores. Pelo texto proposto à Câmara dos Deputados a aposentadoria especial dos professores em educação básica é extinta, passando os docentes a serem enquadrados nas normas gerais dos demais trabalhadores.

Promoção de ovos de páscoa

A AFAPUC estará realizando a sua tradicional promoção de Ovos de Páscoa em sua sede na garagem do Prédio Novo, nos dias 5, 6 e 7/4. A compra poderá ser efetuada entre 10h30 e 18h, com desconto em folha de pagamento.